

Guilherme de Souza Nucci

**Instituições de
Direito Público
e Privado**



- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.
- Nas obras em que há material suplementar *on-line*, o acesso a esse material será disponibilizado somente durante a vigência da respectiva edição. Não obstante, a editora poderá franquear o acesso a ele por mais uma edição.
- Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa
Copyright © 2019 by
EDITORA FORENSE LTDA.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar – 20040-040 – Rio de Janeiro – RJ
Tel.: (21) 3543-0770 – Fax: (21) 3543-0896
faleconosco@grupogen.com.br | www.grupogen.com.br
- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998). Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).
- Capa: Fabricio Vale dos Santos
- Data de fechamento: 18.01.2019
- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

N876i

Nucci, Guilherme de Souza

Instituições de direito público e privado / Guilherme de Souza Nucci. – Rio de Janeiro: Forense, 2019.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-309-8460-1

1. Direito público – Brasil – Miscelânea. 2. Direito privado – Brasil – Miscelânea. I. Título.

18-54404

CDU: 34(81)

SUMÁRIO

I. TEORIA GERAL DO DIREITO	1
1. Conceito de direito	1
1.1 Moral e ética.....	3
2. Fontes do direito	4
3. Interpretação e integração da lei	8
4. Princípios, regras e normas.....	10
II. DIREITO PÚBLICO	13
1. Conceito	13
2. Ramos do direito público.....	14
2.1 Teoria do Estado.....	14
2.1.1 Conceitos básicos.....	14
2.1.2 Forma de constituição do Estado	15
2.1.3 Formas de governo	15
2.1.4 Sistemas de governo	16
2.2 Direito constitucional.....	17
2.2.1 Constituição	17
2.2.1.1 Conceito	17
2.2.1.2 Classificação das Constituições.....	17
2.2.1.2.1 Escritas e não escritas.....	17
2.2.1.2.2 Promulgadas e outorgadas	18
2.2.1.2.3 Rígidas, flexíveis e semirrígidas	18

	2.2.1.2.4	Sintéticas e analíticas.....	19
	2.2.1.2.5	Materiais e formais	19
	2.2.1.2.6	Síntese.....	21
2.2.2		Poder Constituinte: originário e derivado	21
	2.2.2.1	Mutação constitucional	22
	2.2.2.2	Normas constitucionais.....	24
	2.2.2.3	Normas constitucionais de eficácia plena ...	24
	2.2.2.4	Normas constitucionais de eficácia contida ...	24
	2.2.2.5	Normas constitucionais de eficácia limitada	24
	2.2.2.6	Recepção e reconstituição.....	25
2.2.3		Princípios constitucionais.....	25
2.2.4		Fundamentos constitucionais	28
2.2.5		Divisão espacial de poder.....	29
	2.2.5.1	Intervenção federal e estadual	31
2.2.6		Divisão orgânica do poder	31
	2.2.6.1	Poder Legislativo.....	32
2.2.7		Processo legislativo.....	33
	2.2.7.1	Poder Executivo	34
	2.2.7.2	Poder Judiciário.....	35
2.2.8		Hipóteses de defesa do Estado.....	35
2.2.9		Crítérios para definir a nacionalidade.....	37
2.2.10		Direitos e partidos políticos.....	37
2.2.11		Aspectos da ordem social.....	38
	2.2.11.1	Educação, cultura e desporto	38
	2.2.11.2	Ciência e tecnologia	38
	2.2.11.3	Comunicação social.....	39
	2.2.11.4	Meio ambiente	39
	2.2.11.5	Família, criança, adolescente e idoso.....	39
2.2.12		Direitos humanos	41
	2.2.12.1	Conceito.....	41
	2.2.12.2	Terminologia adequada.....	41
	2.2.12.3	Direitos humanos e dignidade da pessoa humana: fontes constitucionais	42
2.2.13		Ações de impugnação e tutela de direitos fundamentais... 44	
	2.2.13.1	<i>Habeas corpus</i> (HC)	44
	2.2.13.1.1	Conceito e natureza jurídica....	44
	2.2.13.1.2	Espécies de <i>habeas corpus</i>	44
	2.2.13.2	Mandado de segurança (MS).....	46
	2.2.13.2.1	Conceito	46
	2.2.13.2.2	Espécies de mandado de segurança	46
	2.2.13.3	<i>Habeas data</i>	46
	2.2.13.3.1	Conceito	46
	2.2.13.3.2	Procedimento	47

	2.2.13.4	Mandado de injunção	47
		2.2.13.4.1 Conceito	47
		2.2.13.4.2 Procedimento	47
2.3		Direito administrativo	48
	2.3.1	Conceito	48
	2.3.2	Administração direta	49
	2.3.3	Administração indireta	49
	2.3.4	Princípios administrativos	51
		2.3.4.1 Legalidade	51
		2.3.4.2 Impessoalidade	52
		2.3.4.3 Moralidade	52
		2.3.4.4 Publicidade	53
		2.3.4.5 Eficiência	53
		2.3.4.6 Razoabilidade	53
		2.3.4.7 Proporcionalidade	54
		2.3.4.8 Continuidade	54
		2.3.4.9 Presunção de legalidade	55
		2.3.4.10 Devido processo legal, ampla defesa e contraditório	55
		2.3.4.11 Segurança jurídica	55
		2.3.4.12 Autoexecutoriedade	56
		2.3.4.13 Motivação	57
		2.3.4.14 Supremacia do interesse público	57
	2.3.5	Atos administrativos	57
		2.3.5.1 Conceito	57
		2.3.5.2 Divisão dos atos administrativos	58
		2.3.5.3 Vinculação e discricionariedade	59
	2.3.6	Contratos administrativos	59
		2.3.6.1 Conceito	59
		2.3.6.2 Licitação	59
		2.3.6.3 Contratação direta	64
		2.3.6.4 Licitação dispensável	64
		2.3.6.5 Licitação dispensada	64
		2.3.6.6 Licitação inexigível	64
	2.3.7	Poderes administrativos	65
		2.3.7.1 Poder vinculado	65
		2.3.7.2 Poder discricionário	65
		2.3.7.3 Poder hierárquico	66
		2.3.7.4 Poder disciplinar	66
		2.3.7.5 Poder regulamentar	66
		2.3.7.6 Poder de polícia	66
	2.3.8	Serviços públicos	67
		2.3.8.1 Conceito	67

	2.3.8.2	Princípios do serviço público.....	67
	2.3.8.3	Obra pública	68
	2.3.8.4	Delegação do serviço público	68
	2.3.8.5	Contrato de concessão.....	70
	2.3.8.6	Deveres do poder concedente.....	70
	2.3.8.7	Obrigações da concessionária.....	71
	2.3.8.8	Extinção da concessão	71
	2.3.8.9	Parceria público-privada (Lei 11.079/2004)...	72
2.3.9		Servidores públicos.....	72
	2.3.9.1	Conceito.....	72
	2.3.9.2	Cargo, função e emprego público	73
	2.3.9.3	Benefícios dos servidores públicos.....	73
	2.3.9.4	Demissão dos servidores públicos.....	74
2.3.10		Bens públicos.....	75
	2.3.10.1	Conceito.....	75
	2.3.10.2	Classificação	75
2.3.11		Desapropriação	76
	2.3.11.1	Conceito.....	76
	2.3.11.2	Espécies.....	76
2.3.12		Direito econômico	77
	2.3.12.1	Conceito.....	77
	2.3.12.2	Princípios da ordem econômica	77
	2.3.12.3	Características	78
	2.3.12.4	Política econômica	80
	2.3.12.5	Controle da economia e agências reguladoras	80
	2.3.12.6	Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE.....	82
	2.3.12.7	Termos econômicos	83
2.3.13		Direito financeiro	83
	2.3.13.1	Conceito.....	83
	2.3.13.2	Finalidades.....	84
	2.3.13.3	Controle das finanças públicas	84
	2.3.13.4	Receita pública.....	85
	2.3.13.5	Despesa pública.....	85
	2.3.13.5.1	Classificações das despesas públicas.....	86
2.4		Direito penal.....	91
	2.4.1	Conceito.....	91
	2.4.1.1	Política criminal	91
	2.4.1.2	Criminologia	92
	2.4.1.3	Bem jurídico	92

2.4.2	Princípios constitucionais penais.....	93
2.4.2.1	Princípios regentes.....	93
2.4.2.1.1	Dignidade da pessoa humana	93
2.4.2.1.2	Devido processo legal (<i>due process of law</i>).....	93
2.4.2.2	Princípios específicos	93
2.4.2.2.1	Legalidade (ou reserva legal)...	93
2.4.2.2.2	Anterioridade	94
2.4.2.2.3	Retroatividade da lei penal benéfica	94
2.4.2.2.4	Humanidade	94
2.4.2.2.5	Responsabilidade pessoal (ou personalidade).....	94
2.4.2.2.6	Individualização da pena.....	95
2.4.2.2.7	Proporcionalidade	95
2.4.2.2.8	Intervenção mínima (insignificância e adequação social) ...	95
2.4.2.2.9	Ofensividade	96
2.4.2.2.10	Taxatividade.....	97
2.4.2.2.11	Culpabilidade	97
2.4.2.2.12	Vedação da dupla punição pelo mesmo fato	97
2.4.3	Fontes do Direito Penal	97
2.4.4	Estrutura do crime.....	98
2.4.4.1	Espécies de infração penal.....	98
2.4.4.2	Tipo penal	98
2.4.4.3	Ilicitude	99
2.4.4.4	Estado de necessidade.....	99
2.4.4.5	Legítima defesa.....	100
2.4.4.6	Exercício regular de direito	100
2.4.4.7	Estrito cumprimento do dever legal.....	100
2.4.4.8	Culpabilidade	101
2.4.5	Sujeitos e objetos do crime	102
2.4.6	Elemento subjetivo do crime	103
2.4.6.1	Dolo	103
2.4.6.2	Culpa	103
2.4.6.3	Crime consumado e tentativa	104
2.4.7	Sanções penais e sua aplicação	104
2.4.7.1	Espécies de sanção penal	104
2.4.7.1.1	Penas privativas de liberdade...	105
2.4.7.1.2	Regimes de cumprimento da pena.....	105
2.4.7.1.3	Penas restritivas de direito.....	105
2.4.7.1.4	Penas pecuniárias	106
2.4.7.1.5	Aplicação da pena.....	106

	2.4.7.2	Medida de segurança	106
	2.4.7.3	Extinção da punibilidade	107
	2.4.8	Espécies de crimes	107
	2.4.9	Direito penal militar	109
2.5		Direito tributário	110
	2.5.1	Conceito.....	110
	2.5.2	Princípios regentes e limitações ao poder de tributar ...	110
	2.5.3	Tributo	111
	2.5.3.1	Espécies de tributos.....	111
	2.5.4	Tarifa	114
	2.5.5	Imunidades tributárias.....	115
	2.5.6	Competência tributária.....	117
	2.5.7	Obrigações tributárias.....	118
	2.5.8	Hipótese de incidência e fato gerador.....	119
	2.5.9	Base de cálculo e alíquota.....	119
	2.5.10	Crédito e lançamento tributário.....	120
	2.5.10.1	Suspensão do crédito tributário.....	121
	2.5.10.2	Exclusão do crédito tributário	122
	2.5.10.3	Extinção crédito tributário.....	124
	2.5.11	Regime especial de regularização cambial e tribu- tária	126
	2.5.11.1	Conceito	126
	2.5.11.2	Aplicabilidade.....	126
	2.5.11.3	Procedimento	127
2.6		Direito internacional público	127
	2.6.1	Conceito.....	127
	2.6.2	Fontes do direito internacional público.....	127
	2.6.3	Terminologia dos tratados	128
	2.6.4	Organizações internacionais	129
	2.6.5	Representação diplomática.....	129
	2.6.6	Particularidades das imunidades diplomáticas	130
2.7		Direito processual	131
	2.7.1	Teoria do processo	131
	2.7.2	Princípios constitucionais do processo	132
	2.7.3	Direito processual civil.....	133
	2.7.3.1	Conceito.....	133
	2.7.3.2	Procedimento	133
	2.7.3.3	Organização judiciária	134
	2.7.3.4	Conceitos relevantes em processo civil....	135
	2.7.3.5	Juizados Especiais Cíveis.....	137
	2.7.4	Direito processual penal.....	138
	2.7.4.1	Conceito	138
	2.7.4.2	Princípios processuais penais	138
	2.7.4.3	Institutos de processo penal	142

	2.7.4.4	<i>Habeas corpus</i> e revisão criminal.....	142
	2.7.4.5	Medicina legal.....	143
		2.7.4.5.1 Conceito.....	143
		2.7.4.5.2 Terminologia relevante.....	144
	2.7.4.6	Juizado Especial Criminal.....	145
	2.7.5	Direito processual militar.....	147
2.8		Direito de execução penal.....	147
	2.8.1	Conceitos básicos.....	147
	2.8.2	Direito penitenciário.....	147
	2.8.3	Critérios para a execução penal.....	148
	2.8.4	Órgãos da execução penal.....	149
	2.8.5	Estabelecimentos penais para cumprimentos de pena.....	149
	2.8.6	Procedimento da execução penal.....	150
	2.8.7	Benefícios ao sentenciado.....	150
2.9		Direito eleitoral.....	151
	2.9.1	Conceito.....	151
	2.9.2	Soberania popular, plebiscito e referendo.....	152
	2.9.3	Alistamento eleitoral e voto.....	152
	2.9.4	Cassação dos direitos políticos.....	152
	2.9.5	Anterioridade.....	153
	2.9.6	Partidos políticos.....	153
	2.9.7	Fontes do direito eleitoral.....	154
	2.9.8	Órgãos da Justiça Eleitoral.....	154
	2.9.9	Princípios eleitorais.....	154
2.10		Direito da seguridade social.....	155
	2.10.1	Conceito.....	155
	2.10.2	Previdência social.....	155
	2.10.3	Saúde.....	155
	2.10.4	Assistência social.....	155
	2.10.5	Abrangência da seguridade social.....	156
	2.10.6	Financiamento da seguridade social.....	156
	2.10.7	Organização da seguridade social.....	157
	2.10.8	Princípios da seguridade social.....	157
	2.10.9	Regime da previdência social.....	159
	2.10.10	Beneficiários da previdência social.....	159
	2.10.11	Prestações previdenciárias.....	159
		2.10.11.1 Aposentadoria por tempo de contribuição....	160
		2.10.11.2 Aposentadoria por idade.....	160
		2.10.11.3 Aposentadoria por invalidez.....	160
		2.10.11.4 Aposentaria especial.....	160
		2.10.11.5 Auxílio-doença.....	161
		2.10.11.6 Salário-família.....	161
		2.10.11.7 Salário-maternidade.....	161

	2.10.11.8	Auxílio-acidente.....	162
	2.10.11.9	Pensão por morte.....	162
	2.10.11.10	Auxílio-reclusão.....	162
	2.10.11.11	Acidente do trabalho.....	163
	2.10.11.12	Abono anual (gratificação natalina).....	163
	2.10.11.13	Seguro-desemprego.....	164
	2.10.12	Habilitação ou reabilitação profissional.....	164
	2.10.13	Serviço social.....	165
	2.10.14	Reajustamento de benefícios.....	165
	2.10.15	Desaposentação.....	165
2.11		Direito da infância e da juventude.....	165
	2.11.1	Conceitos fundamentais.....	165
	2.11.2	Irresponsabilidade penal.....	166
	2.11.3	Direito da infância e juventude.....	166
	2.11.4	Princípios da infância e juventude.....	167
	2.11.5	Crterios de proteção da criança e do adolescente.....	168
	2.11.6	Adoção.....	170
	2.11.7	Menores infratores.....	171
III. DIREITO PRIVADO.....			173
1.		Conceito de direito privado.....	173
2.		Ramos do direito privado.....	174
	2.1	Direito civil.....	174
	2.1.1	Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro....	174
	2.1.2	Personalidade e capacidade civil.....	176
	2.1.3	Pessoa jurídica e domicílio.....	178
	2.1.4	Bens imóveis e móveis.....	182
	2.1.5	Fatos e negócios jurídicos.....	185
	2.1.6	Prescrição e decadência.....	187
	2.1.7	Obrigações.....	187
	2.1.7.1	Conceito.....	187
	2.1.7.2	Espécies de obrigações.....	188
	2.1.7.3	Transmissão de obrigações.....	190
	2.1.7.4	Adimplemento e extinção das obrigações ...	190
	2.1.8	Contratos.....	194
	2.1.8.1	Conceito.....	194
	2.1.8.2	Requisitos do contrato.....	194
	2.1.8.3	Formação do contrato.....	196
	2.1.8.4	Vícios redibitórios.....	196
	2.1.8.5	Evicção.....	197
	2.1.8.6	Espécies de contratos.....	197
	2.1.8.7	Extinção do contrato.....	198
	2.1.8.8	Outras espécies de contratos.....	198
	2.1.8.9	Responsabilidade civil.....	203

2.1.9	Coisas	204
2.1.9.1	Conceito e diferenças básicas	204
2.1.9.2	Posse	205
2.1.9.3	Direitos reais	206
	2.1.9.3.1 Conceito	206
	2.1.9.3.2 Propriedade	207
2.1.10	Família	208
2.1.10.1	Fundamento constitucional	208
2.1.10.2	Casamento e união estável	209
2.1.10.3	Parentesco	210
2.1.10.4	Poder familiar	211
2.1.10.5	Regime de bens entre os cônjuges	212
2.1.10.6	Alimentos	212
2.1.10.7	Bem de família	214
2.1.10.8	Tutela e curatela	215
2.1.11	Sucessão	216
2.1.11.1	Conceito	216
2.1.11.2	Testamento e exclusão da herança	217
2.1.11.3	Herança jacente	217
2.1.11.4	Sucessão legítima (<i>ab intestato</i>)	218
2.1.11.5	Legado	218
2.2	Direito comercial (ou empresarial)	218
2.2.1	Conceitos	218
2.2.1.1	Empresa	219
2.2.1.2	Empresário	219
2.2.1.3	<i>Affectio societatis</i>	219
2.2.1.4	Estabelecimento comercial	220
2.2.2	Empresas de pequeno porte e microempresas	220
2.2.2.1	Fundamento constitucional	220
2.2.2.2	Conceito	220
2.2.2.3	Diretrizes e impedimentos	221
2.2.2.4	Benefícios auferidos	221
2.2.3	Empresa individual de responsabilidade limitada (EIRELI)	222
2.2.3.1	Conceito	222
2.2.3.2	Diretrizes básicas	222
2.2.4	Sociedades comerciais	222
2.2.4.1	Conceito e diretrizes básicas	222
2.2.4.2	Sociedades cooperativas	223
2.2.4.3	Sociedade informal	224
2.2.4.4	Constituição da sociedade	224
2.2.4.5	Obrigações dos sócios	225
2.2.4.6	Sócios administradores	226
2.2.4.7	Livros obrigatórios	226

	2.2.4.8	Dissolução da sociedade.....	227
	2.2.4.9	Espécies de sociedades.....	227
	2.2.4.9.1	Sociedade em nome coletivo ...	227
	2.2.4.9.2	Sociedade em comandita simples	228
	2.2.4.9.3	Sociedade em conta de parti- cipação.....	228
	2.2.4.9.4	Sociedade limitada	228
	2.2.4.9.5	Sociedade anônima.....	228
2.2.5		Títulos de crédito	244
	2.2.5.1	Conceito.....	244
	2.2.5.2	Princípios do direito cambiário	245
	2.2.5.3	Regras básicas.....	246
	2.2.5.4	Espécies de títulos de crédito	247
	2.2.5.4.1	Letra de câmbio	247
	2.2.5.4.2	Nota promissória.....	248
	2.2.5.4.3	Cheque	248
	2.2.5.4.4	Duplicata.....	249
	2.2.5.5	Contratos mercantis	249
	2.2.5.5.1	Compra e venda mercantil ...	249
	2.2.5.5.2	Alienação fiduciária em ga- rantia.....	250
	2.2.5.5.3	<i>Franchising</i> (franquia).....	250
	2.2.5.5.4	<i>Factoring</i> (faturização).....	251
	2.2.5.5.5	<i>Leasing</i> (arrendamento mer- cantil).....	251
2.2.6		Recuperação judicial e falência	252
	2.2.6.1	Recuperação judicial.....	252
	2.2.6.1.1	Conceito	252
	2.2.6.1.2	Objetivo.....	252
	2.2.6.1.3	Requisitos.....	252
	2.2.6.1.4	Meios de recuperação judicial ...	252
	2.2.6.2	Falência	253
	2.2.6.2.1	Conceito	253
	2.2.6.2.2	Juízo universal da falência	253
	2.2.6.2.3	Consequências da decretação de falência.....	254
	2.2.6.2.4	Classificação dos créditos.....	254
	2.2.6.2.5	Causas para a decretação da falência	256
	2.2.6.2.6	Encerramento da falência e extinção das obrigações do falido	257
2.3		Direito do Trabalho	257
	2.3.1	Bases constitucionais.....	257

2.3.2	Conceito e divisão.....	257
2.3.3	Fontes do direito do trabalho.....	258
2.3.4	Princípios do direito do trabalho	260
2.3.5	Contrato de trabalho	261
2.3.5.1	Conceito	261
2.3.5.2	Requisitos do contrato de trabalho	261
2.3.5.3	Características do contrato de trabalho....	262
2.3.5.4	Empregado.....	268
2.3.5.5	Formas alternativas de prestação de ser- viços.....	268
2.3.5.5.1	Trabalhador autônomo.....	268
2.3.5.5.2	Trabalhador eventual.....	268
2.3.5.5.3	Trabalhador avulso.....	269
2.3.5.5.4	Trabalhador temporário.....	269
2.3.5.5.5	Pequeno empregado.....	269
2.3.5.5.6	Estagiário	269
2.3.5.6	Empregador.....	269
2.3.5.6.1	Empregador urbano.....	270
2.3.5.6.2	Empregador rural.....	270
2.3.5.6.3	Empregador doméstico	270
2.3.5.6.4	Grupo empresarial.....	270
2.3.5.7	Jornada de trabalho.....	270
2.3.5.8	Teletrabalho.....	272
2.3.5.9	Remuneração.....	273
2.3.5.10	Outros direitos do trabalhador.....	274
2.3.5.10.1	Décimo terceiro salário	274
2.3.5.10.2	FGTS.....	274
2.3.5.10.3	Greve.....	275
2.3.5.11	Rescisão do contrato de trabalho.....	276
2.3.5.12	Aviso prévio	277
2.3.5.13	Estabilidade e força maior	278
2.3.5.14	Crimes contra a organização do trabalho....	279
2.3.5.14.1	Crime previsto na Conso- lidação das Leis do Trabalho...	280
2.4	Direito internacional privado.....	281
2.4.1	Conceito.....	281
2.4.2	Princípios e regras básicas.....	281
2.4.3	Obrigatoriedade da lei brasileira.....	282
2.4.4	Desconhecimento da lei.....	282
2.4.5	Eficácia da lei no espaço.....	282
2.4.6	Casamento e sucessão	282
2.4.7	Sociedades e fundações.....	283
2.4.8	Imóveis.....	284
2.4.9	Sentenças estrangeiras.....	284
2.4.10	Contratos internacionais	284

2.5	Direito do consumidor	285
2.5.1	Conceitos	285
2.5.2	Direitos do consumidor	285
2.5.3	Qualidade dos produtos e serviços	286
2.5.4	Responsabilidade pelos produtos e serviços	286
2.5.5	Desconsideração da personalidade jurídica	289
2.5.6	Práticas empresariais	289
2.5.6.1	Publicidade de produtos e serviços	289
2.5.6.2	Práticas abusivas.....	290
2.5.6.3	Cobrança de Dívidas.....	291
2.5.6.4	Acesso a cadastros	291
2.5.7	Proteção contratual.....	292
2.5.7.1	Contrato de Adesão.....	293
2.5.8	Infrações penais	293
BIBLIOGRAFIA		295
OBRAS DO AUTOR.....		299

Nota da Editora: as alterações na organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios, estabelecidas pela Medida Provisória 870/2019, não foram incorporadas ao conteúdo da obra tendo em vista que, até o fechamento desta edição, as novas estruturas regimentais que constam nos Decretos regulamentadores não estavam em vigor (início previsto para 30.01.2019).